

Lembrar Maquiavel



Por LUIZ WERNECK VIANNA*

Remover esse governo que aí está é abrir portas para o moderno, cuja passagem tem sido interditada pela modernização autoritária que nos trouxe até aqui

Ainda não chegamos, mas estamos bem perto de nos livrar do governo que, por todos os meios, atuou obsessivamente no sentido de erradicar a obra da democratização do país que culminou com a promulgação da Carta de 1988. Na perseguição desse objetivo tinha em mira repor o regime do AI-5 maquiado a fim de remover obstáculos, sociais, políticos e culturais que travavam uma plena imposição de um capitalismo de estilo vitoriano seguindo as pistas abertas por Margareth Thatcher, Ronald Reagan que Donald Trump visava atualizar.

Ao contrário da aparência tosca e descuidada, a rigor o governo de Jair Bolsonaro nasce orientado por uma estratégia a que não faltava sofisticação e abrangência de propósitos, animado pela convicção de que lhe era necessário destruir as bases tradicionais sobre as quais se assentava nossa cultura política, no firme objetivo de enraizá-las em terreno tecnocrático refratário à política. Seu lema foi o de que não existe essa coisa chamada de sociedade, ecoando a frase célebre de Margareth Thatcher.

A opção pelo capitalismo iliberal, defendida canhestramente por Paulo Guedes, seu ministro da Fazenda, emprestou roupagem nova ao capitalismo pirata que teve livre curso, em boa parte pela imobilidade forçada da sociedade pela disseminação da cruel epidemia que se abateu sobre o país. Esse fato funéreo foi comemorado pelo ministro do meio ambiente em tom álacre, Ricardo Salles, em frase imorredoura que aludiu a queda de resistência à passagem de boiadas à doença que mortificava o país. Não houve dimensão ignorada pelo afã destrutivo das hostes bolsonaristas, em especial na área da educação, na da saúde, e de todas as agências reguladoras do meio ambiente, sempre no objetivo declarado de torná-las docemente compatíveis à expansão da acumulação capitalista e seus valores.

Havia, no entanto, uma pedra no caminho, as instituições provinham de um tempo em que se sentiu a presença da democracia e das forças que a traziam consigo, e assim como os romanos clamavam por delenda Cartago, cidade-estado que obstruía a expansão do seu domínio, a grei defensora do capitalismo trumpista se volta contra a Constituição e seus defensores institucionais, que armaram uma renhida resistência em sua defesa, cujo momento culminante foi o do manifesto de juristas, de personalidades, de entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais dado à luz no simbólico dia 11 de agosto na Faculdade de Direito da USP.

A partir daí se estreitam as possibilidades de reprodução do governo por vias estranhas às da institucionalidade democrática, como se anunciava na preparação de mais um 7 de setembro catastrófico, quando se cogitou de uma parada militar na Avenida Atlântica no Rio de Janeiro, coadjuvada pela presença de milícias armadas, a respaldarem as palavras de ordem "eu autorizo", por isso significando a investidura do presidente Bolsonaro com um poder sem freios institucionais. Ao menos por ora, as expectativas continuistas se viram deslocadas para terreno eleitoral.

Tal terreno, com o repertório de desastres acumulados ao longo de um governo mal avaliado pela população, com o passivo de 700 mil mortes na pandemia, não podia deixar de ser inóspito às suas pretensões eleitorais, tal como certificado pelas pesquisas e propício a candidaturas de oposição, como a de Lula que se preparava para a oportunidade e contava com um partido capaz de sustentar sua pretensão. Lula e seu estado-maior, na leitura que procederam das circunstâncias, acertadamente compreenderam que uma tal tarefa transcendia às suas forças, investindo na composição de uma frente

a terra é redonda

política. Um largo e audacioso movimento deu forma a essa frente, com a composição da chapa Lula-Alkmin à frente de uma coligação de partidos de esquerda.

Esse *script* surpreendente não resultou de uma simples leitura dos dados então disponíveis, foi, a todos títulos, uma invenção inesperada surgida no calor renhido das lutas políticas de políticos em busca de possibilidades de vitória. Estranho que intelectuais que se arvoram em cultores de Maquiavel, este fundador do pensamento político moderno, se desalinhem de um dos supostos fundamentais de suas lições, qual seja o de respeitar a verdade efetiva das coisas (“*la veritá effetuale dele cose*”), na vã pretensão de dobrar os processos humanos à sua discrição.

Contudo, embora Lula-Alkmin tenha sido uma boa chave para a ação, nada lhe garante a vitória no final. O governo Jair Bolsonaro deitou raízes fundas na sociedade, especialmente nas elites, a quem facultou novos e rentáveis negócios e, sobretudo, garantias de que seus privilégios são intocáveis. Mexeu com um, mexeu com todos, dizem agora os endinheirados em defesa dos empresários pegas com as mãos na botija conspirando contra a ordem democrática. Mais que isso, favoreceu o surto de novos negócios em atividades excusas como na mineração e na construção civil em que máfias se infiltram. E aos conservadores empedernidos de todos os matizes a esperança de que tudo que sempre aí esteve, como o patriarcalismo que nos trouxe ao mundo, sempre ficará.

Remover esse governo que aí está é abrir portas para o moderno, cuja passagem tem sido interditada pela modernização autoritária que nos trouxe até aqui. Alargar essa frente democrática de que já temos em mãos o primeiro esboço, recusando idiossincrasias, ressentimentos, inclusive os justificáveis, é o mapa da mina com que poderemos retomar a democratização do país, obra que resta concluir.

***Luiz Werneck Vianna** é professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Autor, entre outros livros, de *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Revan).

O site *A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores. Ajude-nos a manter esta ideia.

[Clique aqui e veja como](#)